

Bancorbrás

BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 00.717.967/0001-99

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

A Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A - BEP, empresa de capital autorizado e fechado, adota as melhores práticas de Governança Corporativa, divulgando e disponibilizando as principais informações gerenciais aos Conselheiros de Administração e Fiscal, dirigentes e principais gestores.

No exercício de 2022 a inflação oficial (IPCA) foi 5,79% e, como medida para combatê-la, a taxa de juros básica da economia, a Selic, encerrou o ano em 13,75%. No caminho de retomada de estabilização do cenário econômico pós pandemia, presenciarmos oscilações do dólar, conflito bélico entre Rússia e Ucrânia - produzindo escassez de insumos, que pressionaram os preços de alimentos, energia e combustíveis - e eleições no País, com intensa polarização, para o executivo federal.

Com um modelo de governança eficiente e de abordagem transversal, a Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A - BEP, diante do cenário apresentado e pautada em seus desafios estratégicos, promoveu iniciativas com o objetivo de adaptar a arquitetura organizacional, societária e tributária. Para além disso, ampliou o investimento em pessoas e tecnologia, intensificou estratégias de investimentos em novos players, maximizou oportunidades na combinação de forças de suas subsidiárias integrais, firmou parcerias estratégicas que permitiram otimizar operações, flexibilizar e diversificar o

portfólio de produtos, sensibilizando clientes e ampliando a geração de valor para os acionistas.

A maximização do desempenho financeiro permitiu à empresa potencializar a geração de impacto positivo para a sociedade e seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, apoiando ações da Associação Bancorbrás de Responsabilidade Social (Instituto Bancorbrás). Foram mais de 6,6 mil pessoas beneficiadas diretamente e cerca de 85,4 mil indiretamente, por meio dos seus projetos sociais. Ao todo, 279 instituições foram sensibilizadas pelas iniciativas do Instituto, com o investimento em 12 projetos sociais com foco na educação transformadora, cidadania corporativa, assessoramento e fortalecimento do Terceiro Setor. Como destaque, o eixo Impacta+, formado pelo Programa de Aceleração de Impacto Social (PAIS) e pelo projeto Bancorbrás Social, propiciou a capacitação de 452 profissionais do Terceiro Setor. O PAIS promoveu o inovador Curso de Captação de Recursos via WhatsApp, cujo objetivo foi levar conteúdos práticos e relevantes para Organizações da Sociedade Civil (OSCs). A iniciativa contou com a participação de 200 instituições de todo o Brasil. Após a conclusão do curso, 40 OSCs foram selecionadas para participar dos módulos de capacitação em gestão ágil e sustentabilidade econômica. Esta etapa alcançou número recorde

de ações, de diferentes cidades e estados, participando do programa. Ao todo, estavam presentes OSCs de 18 estados mais o Distrito Federal. Outra iniciativa do PAIS é a Rede de Impacto, destinada a organizações beneficiadas em edições passadas. Em 2022, 36 organizações tiveram a oportunidade de fortalecer seus relacionamentos e manter as boas práticas de gestão.

Assim, o Resultado Líquido do Exercício gerado pela contribuição de suas subsidiárias integrais (equivalência patrimonial) teve alta de 57,19% em 2022, em comparação com o ano anterior, chegando a R\$ 53,6 milhões, desempenho que levou a companhia a alcançar o melhor resultado de sua série histórica. Diante do cenário de crescimento e performance, a valorização das ações ON e PN, respectivamente, foi 14,29% e 14,58%. Os valores de dividendos se elevaram para R\$ 4,33, por ação ON, e para R\$ 4,76 por ação PN, com valorizações de 44,82% e 45,12%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Brasília, DF - 31 de janeiro de 2023.

Victor Arantes Marra

Diretor-Presidente

Claudio Roberto Nogueira de Souza Filho

Diretor-Geral de Negócios e Marketing

Luiz Gustavo Arantes

Diretor-Geral de Administração e Controle

BALANÇO PATRIMONIAL		
	R\$(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	365.464.809	322.546.003
CIRCULANTE	56.952.266	34.022.912
Caixa e equivalentes de caixa	54.579.084	21.901.796
Caixa e bancos	2.029.470	3.032
Aplicações financeiras (nota 04)	52.549.614	21.898.764
Direitos realizáveis	2.373.182	12.121.116
Adiantamentos a colaboradores	78.105	311.312
Adiantamentos a fornecedores	476.288	18.913
Impostos a compensar (nota 05)	894.231	1.906.061
Devedores por ações (nota 06)	-	1.451.110
Almoxarifado	-	51.789
Juros sobre capital próprio a receber	-	6.715.000
Despesas antecipadas (nota 07)	924.558	1.666.931
NÃO CIRCULANTE	308.512.543	288.523.091
Realizável a longo prazo	28.300.224	17.825.170
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	22.286.744	12.045.890
Partes relacionadas (nota 21 b)	4.426.110	4.319.170
Quotas de consórcio (nota 08)	1.287.370	1.310.110
Créditos com terceiros	300.000	150.000
Investimentos	256.610.116	246.048.674
Participações societárias (nota 09)	248.814.414	237.756.722
Propriedade para investimento	7.033.340	7.033.340
Outros investimentos	762.362	1.258.612
Imobilizado (nota 10)	23.472.376	24.515.147
Intangível	129.827	134.100
Software	7.320	16.703
Marcas e patentes	122.507	117.397

	R\$(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	365.464.809	322.546.003
CIRCULANTE	16.220.765	18.782.724
Fornecedores	227.200	498.861
Obrigações trabalhistas (nota 11)	568.595	1.944.527
Obrigações sociais e tributárias (nota 12)	706.708	2.526.151
Dividendos (nota 15 c)	12.991.858	9.898.522
Participação nos lucros e resultados	1.312.681	2.170.140
Outras obrigações (nota 13)	1.013.723	1.744.523
NÃO CIRCULANTE	2.452.431	1.053.271
Provisões para passivos contingentes (nota 14 a)	56.871	19.785
Partes relacionadas (nota 21 b)	2.395.560	1.033.486
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)	346.791.613	302.710.008
Capital social (nota 15 a)	170.000.000	170.000.000
(-) Ações em tesouraria	(13.887.259)	(10.804.465)
Reservas de lucros	190.678.872	143.514.473

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	R\$(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 16)	43.376.129	37.841.571
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	9.877.872	(11.570.467)
Honorários da diretoria	(1.921.519)	(5.709.068)
Honorários conselho de administração e fiscal	(1.538.500)	(1.281.198)
Pessoal	(4.792.090)	(14.401.688)
Encargos sociais	(2.957.641)	(6.143.356)
Benefícios	(3.408.696)	(5.916.726)
Comunicação	(858.435)	(1.148.367)
Aluguéis	(1.955.082)	(2.178.050)
Serviços de terceiros	(6.563.135)	(8.866.450)
Gerais	(342.720)	(450.076)
Impostos, taxas e contribuições	(415.898)	(1.090.912)
Depreciações e amortizações	(1.144.199)	(1.002.446)
Reversões/provisões para contingências	(37.086)	231.843
Resultado de participação em subsidiárias (nota 09)	46.277.484	35.930.623
Outras receitas operacionais (nota 17)	6.429.405	7.828.186
Outras despesas operacionais (nota 18)	(16.894.016)	(7.372.782)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	53.254.001	26.271.104
Receitas financeiras (nota 19)	4.441.414	10.819.160
Despesas financeiras	(24.789)	(33.665)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	57.670.626	37.056.599
Contribuição social (nota 20)	(670.367)	(166.844)
Imposto de renda (nota 20)	(1.999.874)	(604.658)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(1.431.222)	(2.205.091)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.569.163	34.080.006
QUANTIDADE DE AÇÕES	1.747.728	1.957.450
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	30,65	17,41

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
	RESERVAS DE LUCROS*					R\$(1)			
	CAPITAL SOCIAL	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	LEGAL	CONTINGÊNCIA	INVESTIMENTO	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2020	170.000.000	(10.790.317)	16.438.109	9.000.000	41.675.376	45.690.750	-	-	272.013.918
Dividendos não procurados							2.611.469		2.611.469
Ações em tesouraria									
Compra de ações		(2.532.636)							(2.532.636)
Venda de ações		2.518.488							2.518.488
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							34.080.006		34.080.006
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:									
Transferência para reservas:									
Reserva legal			1.704.000				(1.704.000)		-
Reserva para contingência				9.000.000			(9.000.000)		-
Reserva para investimento					17.000.000		(17.000.000)		-
Outras reservas						3.006.238	(3.006.238)		-
Dividendos a distribuir (R\$ 2,99 por ação ON 3,29 por ação PN)							(5.981.237)		(5.981.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	170.000.000	(10.804.465)	18.142.109	18.000.000	58.675.376	48.696.988	-	-	302.710.008
Dividendos não procurados							2.264.616		2.264.616
Ações em tesouraria									
Compra de ações		(3.082.794)							(3.082.794)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							53.569.163		53.569.163
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:									
Transferência para reservas:									
Reserva legal			2.678.458				(2.678.458)		-
Reserva para contingência				17.000.000			(17.000.000)		-
Reserva para investimento					27.485.941		(27.485.941)		-
Dividendos a distribuir (R\$ 4,33 por ação ON 4,76 por ação PN)							(8.669.380)		(8.669.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	170.000.000	(13.887.259)	20.820.567	35.000.000	86.161.317	48.696.988	-	-	346.791.613

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO		
	R\$(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	53.569.163	34.080.006
Lucro Líquido do Exercício		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	1.144.199	1.002.446
- Provisões para contingências	37.086	(231.843)
- Baixa de investimento	496.250	-
- Baixa de bens do imobilizado	27.843	87.940
- Resultado de participação em controladas	(46.277.484)	(35.930.623)
Resultado ajustado	8.997.057	(992.074)
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(7.442.120)	(10.826.244)
Impostos a recuperar	1.011.830	28.241
Títulos e valores mobiliários	(10.240.854)	-
Outros ativos	1.786.904	(10.854.485)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	5.289.498	3.332.304
Fornecedores	(271.661)	80.972
Participação nos lucros resultados	(857.459)	784.499
Partes relacionadas	3.622.074	351.711
Outros passivos	5.056.544	2.115.122
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	6.844.435	(8.486.014)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(119.887)	(1.165.862)
Aquisições em intangível	(5.110)	(1.660)
Lucros e dividendos recebidos	35.219.792	18.888.833
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	35.094.795	17.721.311
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(6.179.148)	(2.965.338)
Ações em tesouraria	(3.082.794)	(14.148)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.261.942)	(2.979.486)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	36.677.288	6.255.811
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	21.901.796	15.645.985
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	58.579.084	21.901.796

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022	
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	
A BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília-DF, iniciou suas atividades operacionais em 27 de julho de 1983, tem como objetos sociais a prestação de serviços, apoiar e organizar as atividades das Empresas Bancorbrás nos negócios e na abertura de novos negócios, administrar os interesses de seus acionistas, controlar as atividades de suas afiliadas e participar de outras sociedades.	

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo a legislação societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas incluem o valor residual do ativo imobilizado e do ativo intangível e a provisão para contingências. A liquidação dessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos provisionados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184, de 15/09/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022 foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2023.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

a) **O regime contábil é o da competência de exercícios.**

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) **Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

A classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.

d) **Investimentos**

As participações acionárias nas subsidiárias foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei 6.404/76. Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo.

e) **Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.



BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, em conformidade com o disposto no CPC 27, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa 10.

f) Intangível

Refere-se ao direito de uso de software, bem como marcas e patentes. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização do direito de uso de software é calculada pelo método linear e não supera o prazo de cinco anos.

g) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram apurados com base no lucro real anual. Calculados nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

h) Avaliação dos ativos e passivos

A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para efeito de valor presente, não tendo sido apurados valores relevantes para ajustes.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A Companhia realizou avaliação de impairment e não identificou valores para registro contábil.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:

(1) Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exógeno.

(2) Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, trabalhista e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisionamento. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

k) Instrumentos financeiros

Conforme determina a Resolução nº 216/NBCT 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado.

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

l) Gestão de riscos

(1) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia ter redução nos resultados financeiros, pela variação desfavorável das taxas de remuneração, uma vez que não possui passivos financeiros.

(2) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(3) Risco de liquidez

Como a política de gerenciamento de risco e controle adotados, é mitigado o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de decapamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

m) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

n) Apuração de resultado

n1) Reconhecimento de receitas

As receitas de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviço. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

n2) Despesas

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

n3) Custos

Os custos da prestação de serviços são reconhecidos pelo regime de competência e correspondem basicamente aos gastos com pessoal, comerciais e gerais.

NOTA 04 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos foram aplicados em diversas instituições financeiras, com rentabilidade de 13,41% no ano de 2022.

Títulos e Valores Mobiliários	2022	2021
Letra Financeira	13.834.106	11.041.662
Fundos de Investimento	33.102.988	15.834.955
CDB	18.320.423	282.595
Fundo Imobiliário	9.578.841	6.785.442
Total	74.836.358	33.944.654
Ativo circulante	52.549.614	21.898.764
Ativo não circulante	22.286.744	12.045.890

NOTA 05 - IMPOSTOS A COMPENSAR

O saldo de impostos a recuperar é proveniente de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS retidos na fonte, basicamente sobre prestação de serviços e recolhimentos por estimativa. Serão compensados no próximo exercício e têm a seguinte composição:

Impostos	2022	2021
Imposto de Renda	653.631	1.411.105
Contribuição Social	86.457	281.137
PIS	27.450	38.077
Cofins	126.693	175.742
Total	894.231	1.906.061

NOTA 06 - DEVEDORES POR AÇÕES

Trata-se da venda de ações ordinárias ON baseada nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações de 2021.

NOTA 07 - DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de despesa na contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, para a prestação de serviço de licença de uso de software pelas empresas Bancorbrás. A duração da prestação do serviço é de 01 a 03 anos.

NOTA 08 - QUOTAS DE CONSÓRCIO

Até o exercício de 2022, a Companhia adquiriu 415 quotas canceladas de consórcios de imóveis e veículos de clientes da empresa Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A., sendo 01 quota adquirida em 2022.

As quotas foram adquiridas com um deságio em torno de 25%, em relação ao valor pago pelos consorciados.

Desse total, 305 quotas já foram realizadas, sendo 37 em 2022. Resta assim, a realização de 110 quotas, a partir de 2023.

Por tratar-se de empresa interligada, a contemplação somente ocorre no encerramento do grupo, após a contemplação de todos os consorciados.

NOTA 09 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias estão assim representadas:

Empresa	Participação	Investimento 2022	Investimento 2021
Bancorbrás Turismo S.A. (CBTUR)	100%	200.362.530	190.238.972
Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. (BAC)	100%	24.676.404	27.665.000
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A. (Bancotur)	100%	14.387.421	7.718.772
Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A. (BCS)	100%	5.299.345	8.235.093
Bancorbrás Centro de Relac. com Clientes S.A. (CRC)	100%	-	1.894.295
Bancorbrás Centro de Serv. Compartilhados S.A. (CSC)	100%	3.688.714	2.014.590
Total		248.814.414	237.756.722

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis das empresas em 31/12/2022 são os seguintes:

Descrição	CBTUR	BAC	BANCOTUR	BCS	CSC
Capital Social	80.000.000	15.200.000	10.950.000	4.200.000	4.000.000
Outras Reservas	80.000.000	8.045.819	171.871	1.099.343	-
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(111.285)
Resultado do Exercício	40.362.530	1.716.406	6.668.649	(2.459.929)	-
Patrimônio Líquido	180.000.000	23.245.819	11.121.871	5.299.343	3.888.715
Resultado da Equivalência	40.362.530	1.716.406	6.668.649	(2.459.929)	(10.172)

Descrição	Taxa de Depreciação	2022		2021	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	18.073.125	-	18.073.125	18.073.125
Imóveis	3,5%	3.975.119	1.018.757	2.956.362	2.612.751
Móveis, utensílios e instalações	13%	1.714.083	899.668	814.415	909.640
Hardware	22%	2.629.827	1.548.807	1.081.020	1.328.656
Sistema de comunicação	10%	370.130	315.034	55.096	81.303
Máquinas-equipamentos	11%	712.614	370.027	342.587	387.022
Sistema de segurança	18%	70.363	37.753	32.610	39.344
Veículos	12%	124.907	70.498	54.409	64.316
Benefícios em propriedades de terceiros	Prazo do contrato de aluguel	601.508	538.756	62.752	1.018.991
Totais		28.271.676	4.799.300	23.472.376	24.515.147

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			
Descrição	2022	2021	
Provisão de férias a pagar	568.595	1.944.527	
Total	568.595	1.944.527	

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS			
Descrição	2022	2021	
Encargos sociais e previdenciários			
INSS	230.745	499.422	
FGTS	64.201	164.834	
Total	294.946	664.256	
Impostos a recolher			
PIS	44.006	213.294	
Cofins	205.685	994.138	
ISS	3.642	12.885	
IRRF	153.884	641.534	
PIS/COFINS/CSLL retenção	4.545	10.044	
Total	411.762	1.861.895	
Total dos encargos trabalhistas, sociais, impostos e contribuições	706.708	2.526.151	

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES			
Descrição	2022	2021	
Arrecadação de seguros	79.076	783.254	
Brasilprev	-	13.511	
Contribuição assistencial	479	429	
Associação dos funcionários Bancorbrás	6.204	-	
Créditos não identificados	635	20.040	
Acionistas a identificar	119.853	119.853	
Ações PN frações	807.476	807.436	
Total	1.013.723	1.744.523	

NOTA 14 - PASSIVOS CONTINGENTES			
a) Passivos contingentes - Riscos prováveis			
A Companhia é parte em ações judiciais, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas.			
A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, considerando experiência anterior referente às demandas reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda, como segue:			
Passivos Contingentes	2022	2021	
Cíveis	56.871	19.785	
Totais	56.871	19.785	
Quantidade de ações	03	02	

b) Passivos contingentes - Riscos possíveis

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos con-

tabilmente. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 190.441 em 31/12/2022, referente a 20 (vinte) ações e R\$ 177.086 em 31/12/2021, referente a 20 (vinte) ações.

São oriundos, em sua maioria, de ações cíveis em virtude de a Companhia ser estipulante em diversos contratos de seguros.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 170.000.000 (cento e setenta milhões de reais), inteiramente subscrito e integralizado, correspondendo a 1.957.450 (hum milhão, novecentas e cinquenta e sete mil e quatrocentas e cinquenta) ações sem valor nominal, sendo 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e 457.450 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas.

b) Reservas

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos e formação de reservas

Os acionistas têm direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração equivalente, no mínimo, a 25% do lucro líquido ajustado, mediante deliberação da assembleia geral.

Os dividendos e a destinação do lucro do exercício foram calculados conforme segue:

DIVIDENDOS	
Lucro Líquido do Exercício	53.569.163
(-) Reserva legal	2.678.458
(-) Reserva para contingência	17.000.000
(=) Base de cálculo dos dividendos	33.890.705
Valor dos dividendos mínimos a distribuir 25%	8.472.676
(+) Valor dividendos ação PN 10% dividendo ON	196.704
(+) Dividendos a distribuir	8.669.380
Quantidade de ações ON	1.500.000
Quantidade de ações PN	457.450
Total de quantidade de ações ON e PN	1.957.450
Valor do dividendo por ação ON	4,33
Dividendo por ação PN 4,33 + 10%	0,43
Valor do dividendo por ação PN	4,76

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA	
Lucro Líquido do Exercício	53.569.163
(-) Reserva legal	2.678.458
(-) Reserva para contingência	17.000.000
(-) Reserva para investimentos	25.221.325
(-) Dividendos propostos	8.669.380
(=) Lucro líquido do exercício 2022 após reservas e dividendos	-
(+) Transferência para lucros acumulados - dividendos não procurados exercício 2019	2.264.616
(+) Transferência Reserva para Investimentos	2.264.616
(-) Lucros acumulados	-

d) Base para constituição da reserva para contingência

O total do exercício de 2022 foi ampliada a Reserva para Contingência em R\$ 17.000.000,00, com o objetivo de preservar o capital da Companhia diante das instabilidades no País decorrentes das elevadas taxas de juros, inflação, insegurança com a situação política atual, risco fiscal e de crédito, mudanças previstas para a área tributária, possibilidade de uma nova pandemia, além da falência da Silicon Valley Bank nos Estados Unidos, que podem afetar principalmente as empresas de turismo. Ao alocar esses recursos em reserva para contingência busca-se proteção contra eventos futuros, manutenção da estabilidade, garantindo maior segurança e tranquilidade ao Conglomerado Bancorbrás em um cenário de incertezas econômicas ao longo dos próximos exercícios.

NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Descrição	2022	2021	
Receita bruta	50.582.590	44.127.011	
Cofins	3.844.274	3.353.653	
PIS	834.612	728.096	
ISS	2.527.575	2.203.691	
Total de impostos	(7.206.461)	(6.285.440)	
Receita Operacional Líquida	43.376.129	37.841.571	

NOTA 17 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Descrição	2022	2021	
Ressarcimento de despesas - empresas Bancorbrás	5.363.002	7.484.694	
Rateio e recuperação de despesas	437.339	4.860	
Aluguéis e arrendamentos	373.200	216.000	
Dividendos	248.858	122.632	
Ganho na alienação /baixa do imobilizado	7.006	-	
Total	6.429.405	7.828.186	

NOTA 18 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
Descrição	2022	2021	
Doações	6.792	105.739	
Patrocínios	8.805	-	
Seguro responsabilidade civil	117.760	112.152	
Plano de previdência dirigentes	216.184	275.712	
Contribuição para associação de funcionários	36.604	103.043	
Festividades e comemorações	67.008	32.858	
Brindes	14.041	-	
Manutenção e conservação	114.736	182.453	
Utilidades e serviços	543.425	494.862	
Viagens e estadas	82.478	221.683	
Rateio de despesas (a)	15.368.776	5.810.441	
Prejuízos	2.449	-	
Indenizações contratuais	201.464	-	
Promoções, premiações e sorteios	2.594	-	
Perdas em Investimentos	110.900	-	
Outras despesas	-	78.339	
Total	16.894.016	7.372.782	

(a) Em janeiro de 2022 teve início o processo de consolidação da BEP - Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., como holding. Os colaboradores da BEP, bem como todos os contratos de serviços de terceiros foram transferidos para o CSC e ressarcidos através do rateio de despesas. Nesse mesmo período ocorreu também a reestruturação nas empresas Bancorbrás. Entre os principais processos que impactaram no rateio de despesas, destacamos a incorporação da empresa CRC - Bancorbrás Centro de Relacionamento com Clientes S.A. ao CSC - Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A. Com a incorporação, as despesas do CRC foram assumidas pelo CSC e passaram a ser rateadas para as demais empresas.

NOTA 19 - RECEITAS FINANCEIRAS			
Descrição	2022	2021	
Rendimento de aplicação financeira	3.488.332	1.317.501	
Juros ativos/descontos obtidos	903.227	1.601.649	
Juros sobre capital próprio	49.855	7.900.010	
Total	4.441.414	10.819.160	



BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTA 20 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social 2022	Imposto de Renda 2022	Contribuição Social 2021	Imposto de Renda 2021
Lucro líquido antes da contribuição social	56.239.405	-	34.851.508	-
Lucro líquido após a contribuição social	-	55.589.036	-	34.684.664
(+) Adições	3.569.404	5.448.408	4.711.479	5.910.677
Contribuição social	-	670.367	-	166.844
Doações	-	6.792	-	-
Participação nos lucros - Administradores	-	1.062.240	-	973.860
Equivalência patrimonial devedora	2.470.100	2.470.100	-	-
Provisões judiciais	153.592	153.592	555.114	555.114
Gratificação retirada-dirigentes	-	-	3.205.992	3.205.992
Outras adições	938.920	1.085.317	950.373	1.008.867
(-) Exclusões	48.188.066	48.188.066	36.914.675	36.914.675
Equivalência patrimonial credora	48.747.584	48.747.584	35.930.624	35.930.624
Reversão de provisões judiciais	116.506	116.506	786.958	786.958
Lucros e dividendos avaliados pelo custo de aquisição	248.858	248.858	122.632	122.632
Outras exclusões	55.118	55.118	74.461	74.461
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	10.640.743	11.849.378	2.648.312	3.680.666
(-) Compensação de prejuízos fiscais	3.192.222	3.554.813	794.494	1.104.200
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	7.448.521	8.294.565	1.853.818	2.576.466
Tributos devidos	670.367	1.999.874	166.844	604.658

NOTA 21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) são apresentados como segue:

Descrição	2022	2021
Conselho de Administração	1.008.100	864.942
Conselho Fiscal	530.400	450.944
Honorário Diretoria	1.633.800	1.851.840
Honorário Suplementar	190.472	230.713
Encargos Sociais	673.605	830.346
Anuênio	97.247	385.835
Gratificação de Retirada	-	3.205.992
Participação nos Lucros e Resultados	1.062.240	973.860
Total	5.195.864	8.794.472

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as subsidiárias integrais são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos e transações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, assim representadas:

Receitas	2022	2021
Bancorbrás Turismo S.A.	50.525.902	44.033.665
Total	50.525.902	44.033.665
Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Turismo S.A.	-	-
(Ressarcimento de despesa)	1.249.953	1.127.952
Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A.	-	-
(Ressarcimento de despesa)	4.009.697	5.386.593
Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A.	-	-
(Ressarcimento de despesa)	103.352	904.491
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A. (Ressarcimento de despesa)	-	65.659
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A. (Despesa com rateio)	(15.368.776)	(5.805.073)
Total	(10.005.774)	1.679.622

Saldos Patrimoniais Ativos	2022	2021
Bancorbrás Turismo S.A.	3.871.646	3.470.806
Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A.	547.009	727.262
Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A.	7.455	110.259
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	-	10.843
Total dos Saldos Patrimoniais Ativos	4.426.110	4.319.170
Saldos Patrimoniais Passivos		
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	569.689	138.586
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	1.825.871	694.900
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	2.395.560	1.033.486

NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão e benefícios

A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2022.

VICTOR ARANTES MARRA

Diretor-Presidente

LUIZ GUSTAVO ARANTES

Diretor-Geral de Administração e Controle

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ

Contadora CRC 009.619/O-5 DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos, no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 23 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA

FERNANDO LUIS SENRA ITABORAÍ

ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS

OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., após o exame das peças contábeis, recomenda à Assembleia Geral dos Acionistas a aprovação do Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2022, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31.12.2022 e do Relatório Anual da Administração.

Brasília (DF), 30 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WELLINGTON PASSOS SILVA - Presidente

RAIMUNDO NONATO DE ANDRADE ARAÇÃO - Vice-Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Acionistas e Administradores da BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos inde-

pendentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 22 de março de 2023.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1

ANTONIO CESAR GANDARA

Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

